

ISCTE  **IUL**
Instituto Universitário de Lisboa

Escola de Sociologia e Políticas Públicas (ESPP)

**As questões de género no jornalismo: análise dos telejornais dos
principais canais generalistas portugueses**

Ana Beatriz Martinho Lopes Tavares

Número de estudante: 77127

Dissertação submetida como requisito para a obtenção do grau de Mestre em
Comunicação, Cultura e Tecnologias da Informação

Orientadora:

Doutora Rita Maria Espanha Pires Chaves Torrado da Silva, professora auxiliar com
agregação na Escola de Sociologia
e Políticas Públicas (ESPP) do ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Coorientadora:

Mestre Ana Isabel Pinto Martinho, investigadora assistente,
no CIES-IUL, ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Setembro, 2019

Resumo

Apesar de todos os avanços e conquistas atingidos, a desigualdade entre homens e mulheres ainda existe em vários setores da sociedade portuguesa. De acordo com a Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género (CIG), os homens ganham, em média, por mês, mais 204,91 euros do que as mulheres. E são também os homens que ocupam a maioria dos cargos de topo, quando as mulheres têm mais habilitações académicas. Uma pesquisa recente do ISCTE, em parceria com o Sindicato dos Jornalistas e o Observatório da Comunicação, mostrou que esta é também a realidade do setor do Jornalismo. Este trabalho tem como objetivo perceber se esta disparidade entre homens e mulher no mundo jornalístico se reflete nos telejornais que tantos portugueses veem todos os dias. Para isso, foram analisadas 186 edições, de 15 de junho a 15 de julho de 2019, dos noticiários da tarde e da noite dos principais canais generalistas de Portugal (RTP, SIC e TVI). A investigação foi feita com base no método de análise de conteúdo, centrando-se em categorias como o género dos pivots, comentadores e convidados e o número de peças, diretos e rubricas realizados por homens e mulheres. Foi possível concluir que, apesar de o número de mulheres ter aumentado nas equipas dos noticiários, são ainda os homens os escolhidos para as funções de destaque e visibilidade, como a de pivot ou comentador, havendo ainda, portanto, um caminho a percorrer para se atingir a Igualdade de Género.

Palavras-chave: Igualdade de Género, Mulheres, Homens, Jornalismo, Televisão, Telejornais, Pivots, Comentadores, Peças, Diretos RTP, SIC, TVI, Portugal

Abstract

Despite all the advances and achievements, inequality between men and women still exist in many sectors of portuguese societ. According to the Comissão para a Igualdade e a Igualdade de Género (CIG), men earn, on average, more 204,91 euros in a month than women. And it is also men who occupy the top jobs, when women have more academic qualifications. A recente study from ISCTE and Observatório da Comunicação (OberCom) showed that this is the reality on Journalism sector too. The investigation aims to understand if this disparity between men and women in the journalistic world is reflected in the news TV shows that so many portuguese people watch every day. For this, we analysed 186 editions, from June 15th to July 15th, 2019, includind afternoon news and night news, of the main generalist channels of Portugal (RTP, SIC e TVI). The research was based on the content analysis method, focusing on categories such as the gender of pivots, commentators and guest and the number of news reports, lives and rubrics performed by men and women. It can be concluded that, although the number of women has increased in the news TV shows teams, men are still the ones chosen for the prominente and visible functions, such as the pivot or commentator. These informations prove that there is still a long way to go to achieve de Gender Equality in Journalism.

Key words: Gender Equality, Women, Men, Journalism, TV, News TV shows, Pivots, Commentators, News reports, Lives, RTP, SIC, TVI, Portugal

Índice

Introdução.....	5
Capítulo 1 – Enquadramento Teórico	7
1. A luta das mulheres pela afirmação na sociedade: os primeiros movimentos feministas em Portugal	7
2. O papel da mulher jornalista nos anos 60 e 70 em Portugal	10
3. O perfil do jornalista português atualmente e a comparação com os outros países europeus.....	12
4. História do jornalismo televisivo e dos telejornais em Portugal.....	14
Capítulo 2 – Enquadramento Metodológico.....	17
1. Objetivos da pesquisa.....	17
2. Metodologia aplicada	17
Capítulo 3 – Análise e discussão dos resultados	22
1. Pivots	22
2. Peças e diretos	24
3. Grandes reportagens e rubricas.....	31
4. Comentadores e convidados	34
Conclusão	37
Referências bibliográficas.....	39

Introdução

A Igualdade de Género exige que, numa sociedade, os homens e as mulheres gozem dos mesmos direitos, liberdades, oportunidades de participação e reconhecimento, em todos os domínios: “político, económico, laboral, pessoal e familiar” (CITE, s.d.:3). Por isso, trata-se de “uma questão de direitos humanos e uma condição de justiça social, sendo igualmente um requisito necessário e fundamental para a igualdade, o desenvolvimento e a paz” (APAF, s.d.).

Desde a segunda metade do século XX, Portugal passou por importantes transformações nos campos político e social, que contribuíram para uma melhoria das condições de vida das mulheres. Até então, estavam limitadas às funções do domínio privado, “de cuidado da casa e da família”, não exerciam uma profissão e não tinham os mesmos direitos cívicos e políticos do que os homens. Já os homens ocupavam a totalidade dos cargos públicos de poder e responsabilidade e eram os chefes de família, tendo, à luz da lei, não só a tutela dos filhos, mas também das esposas.

Apesar deste longo caminho percorrido até hoje, a verdade é que continua a ser necessário lutar por uma igualdade entre homens e mulheres. Atualmente, as mulheres já têm acesso à educação, já podem votar e ter uma profissão, mas continuam a receber menos do que os homens e a estar menos representadas nos cargos de topo.

De acordo com dados do Boletim Estatístico de 2007 da Comissão Governamental para a Cidadania e a Igualdade de Género, são as mulheres que predominam na frequência do Ensino Superior, representando 53,4% dos alunos (CIG, 2017: 9). Além disso, “as mulheres são maioritárias nas conclusões em todos os níveis de formação do Ensino superior” (CIG, 2017:13). Apesar destes números, que provam o domínio no que diz respeito à formação superior, as mulheres representam apenas um terço (35,9%) “dos/as representantes do poder legislativo e de órgãos executivos, dirigentes, diretores/as e gestores/as executivos/as” (CIG, 2017: 25). Há ainda a destacar que, em média, mensalmente, os homens ganham 1207,76 euros, enquanto as mulheres auferem apenas 966,85 euros, o que representa “um gap (diferencial) na ordem dos 19,9%” (CIG, 2017: 27).

No setor do Jornalismo, o cenário é semelhante: as mulheres têm mais habilitações académicas do que os homens, mas recebem menos e estão pouco representadas nos cargos de chefia (Crespo, 2016). Perante estes dados, o objetivo deste trabalho é perceber se essa disparidade entre homens e mulheres, que ainda está presente no setor jornalístico, se reflete nos telejornais dos principais três canais generalistas portugueses. A escolha recaiu sobre os noticiários da tarde e da noite da RTP, SIC e TVI, por serem, muitas vezes, a “fonte de

informação prioritária” para o público (Cádima, 1995: 130) e terem, por isso, um papel importante na transmissão das mensagens e na construção e formação da sociedade.

Nesse sentido, foram então analisadas as edições diárias, da tarde e da noite, dos “Jornal da Tarde” e “Telejornal” da RTP, “Primeiro Jornal” e “Jornal da Noite” da SIC e “Jornal da Uma” e “Jornal das Oito” da TVI de 15 de junho a 15 de julho de 2019, ou seja, durante um mês, perfazendo um total de 186 programas. As características tidas em conta na investigação foram o género dos pivots, comentadores e convidados e o número de peças, diretos e reportagens e rubricas realizados por homens e mulheres e a duração dos mesmos.

Capítulo 1 – Enquadramento Teórico

1. A luta das mulheres pela afirmação na sociedade: os primeiros movimentos feministas em Portugal

Em 1911, pela primeira vez em Portugal, uma mulher, Carolina Beatriz Ângelo, votava nas eleições para a Assembleia Constituinte (Esteves, 2004 apud Silveirinha, 2012). Vinte e três anos depois, em 1934, eram eleitas as primeiras deputadas à Assembleia da República, Domitília de Carvalho, Maria Cândida Parreira e Maria Guardiola (Ventura, 2014: 10). E em 1979 era nomeada a primeira mulher para o cargo de primeiro-ministro, Maria de Lurdes Pintassilgo.

A história da luta das mulheres pela afirmação na sociedade portuguesa pode ser contada através de todas estas conquistas, mas os vários obstáculos enfrentados não são menos importantes. Numa realidade não muito distante, no início do século XX, muitas mulheres portuguesas estavam limitadas ao papel de esposa, mãe, irmã ou filha, não tendo a opção de exercer uma profissão fora de casa e não tendo os mesmos direitos cívicos e políticos do que os homens (Esteves, 2001: 87). Sujeitas à tutela dos pais ou dos maridos, uma parte das mulheres não tinha acesso à educação, o que se traduzia numa elevada taxa de analfabetismo – em 1911 81,2% das mulheres portuguesas não sabiam ler nem escrever (idem).

Esta discriminação não se devia apenas a uma questão cultural: era a própria lei que considerava a mulher inferior ao homem. Desde a Constituição de 1821 que existe o princípio de que “a lei é igual para todos”, contudo até à Constituição da República de 1976, que está em vigor ainda hoje, este era apenas um “conceito de igualdade formal que convivía com a discriminação em função de certas categorias de pessoas — como as mulheres, os negros, os analfabetos ou com baixa instrução, os que professavam certas religiões” (Fertuzinhos, 2016: 50). No início do século XX, a lei eleitoral, elaborada em 1913, decorrente da Constituição de 1911, ainda não permitia, por exemplo, que as mulheres votassem, definindo os eleitores como pessoas “do sexo masculino”, nem que exercessem cargos políticos (Pinheiro, s.d.: 118).

Com a chegada de Salazar ao poder, foi elaborada uma nova Constituição, em 1933, que anunciava uma igualdade dos cidadãos perante a lei, negando “qualquer privilégio de nascimento, nobreza, título nobiliárquico, sexo ou condição social”. Ainda assim, ressalvava que a mulher tinha “diferenças resultantes da sua natureza e do bem da família” (Cova y Pinto,

1997: 72). As mulheres portuguesas viram, mais uma vez, negada a hipótese de haver uma completa igualdade com os homens.

Com o Estado Novo e o governo de Salazar, permaneceu a ideia de que as mulheres se situavam do lado da “natureza” e os homens do lado da “cultura”. Ou seja, a mulher nasceu para ser “mãe”, é a sua “natureza”. Além disso, o Salazarismo acrescentou que a mulher devia ser “uma mãe devota à pátria e ocupar-se do governo doméstico”, justificando assim a sua discriminação em todas as dimensões sociais, económicas e políticas (idem).

Nessa altura, Salazar defendia que devia haver uma “complementaridade” entre marido e mulher para garantir a estabilidade da família, a qual estava acima dos direitos individuais. Para a ideologia salazarista, a mãe tinha como missão manter “o ambiente harmonioso do lar”, cuidando do marido e dos filhos. Mas era o pai que tinha o “poder principal”. De acordo com a Constituição de 1933, o marido era o “chefe da família” e detinha a autoridade, sendo, por isso, o responsável por “orientar a instrução e educação dos seus filhos” (Cova e Pinto, 1997: 73).

A Revolução de 25 de Abril de 1974, que derrubou a ditadura do Estado Novo e devolveu a liberdade à população, marcou um ponto de viragem em Portugal, que se traduziu também nos direitos das mulheres. A Constituição da República de 1976, que está em vigor ainda hoje, tendo sofrido entretanto algumas alterações, consagrou, pela primeira vez, na lei portuguesa, a igualdade de direitos das mulheres “em todos os domínios”. Esta Constituição criada depois da Revolução marca uma rutura com todas as constituições anteriores (Neto, 2009 apud Fertuzinhos, 2016: 52).

Nos mais de 40 anos da atual Constituição da República os direitos das mulheres foram ganhando destaque no conjunto dos direitos fundamentais, havendo mesmo na lei um regime especial de igualdade entre homens e mulheres (Amaral, 2004 apud Fertuzinhos, 2016:53). Ao longo dos anos, as mulheres deixaram de ter apenas o estatuto de mães e cuidadoras do lar e “passaram a ocupar progressivamente todas as dimensões da vida em sociedade” (Fertuzinhos, 2016: 53). Os fundamentos da igualdade de género estão presentes nos artigos da Constituição sobre “Família, casamento e filiação”, “Liberdade de escolha de profissão e acesso à função pública”, “Participação na vida pública”, “Direito de sufrágio”, “Direito ao trabalho”, “Paternidade e maternidade” e “Participação política dos cidadãos” (Assembleia da República, 2005).

Em termos constitucionais, o 25 de Abril trouxe então uma mudança nos direitos das mulheres. Mas houve um longo caminho percorrido até aí. Os primeiros dados sobre os

movimentos feministas em Portugal remetem para o início do século XX, não havendo muitas informações sobre o período anterior a essa época (Esteves, 2001: 87).

A vontade de mudar a condição da mulher na sociedade portuguesa começou a mobilizar “uma pequeníssima elite feminina, composta por escritoras, médicas, professoras e educadoras”. Estas mulheres “não só questionavam os preceitos ancestrais que procuravam fundamentar a subordinação das mulheres aos homens, como aspiravam a desempenhar um papel interveniente na sociedade, em consonância com as suas reais capacidades” (idem).

A escritora Ana de Castro Osório era um dos elementos desse grupo e conseguiu, em 1905, publicar o livro “Às Mulheres Portuguesas”, considerado por alguns autores “o manifesto do movimento feminista português”. A obra abordava “de forma muito clara e radical questões relacionadas, por um lado, com a situação da mulher, o seu estatuto legal e os condicionamentos culturais inerentes e, por outro lado, questões de índole mais teórica, sobre o feminismo, a igualdade de sexos, o direito à educação e ao trabalho, o direito a salário igual” (Silva, 1993 apud Esteves, 2001: 88).

Ana de Castro Osório deu o pontapé de partida para que, nos anos seguintes, entre 1906 e 1908, se multiplicassem os textos escritos por mulheres nos jornais republicanos, em que começaram a ser usadas as palavras “feminino”, “feminista” e “feminismo”. Em 1906, o jornal *O Mundo* passou mesmo a incluir a secção *Jornal da Mulher* (Esteves, 2001: 88).

As primeiras associações feministas em Portugal foram criadas também nessa altura, no início do século XX, com a influência da maçonaria e dos movimentos republicano e socialista. Foi o caso do Grupo Português de Estudos Feministas, em 1907, e da Liga Republicana das Mulheres Portuguesas, em 1909. As primeiras dirigentes da Liga foram Ana de Castro Osório e Adelaide Cabete, que pertenciam à média e alta burguesia das cidades e eram ativas dentro do movimento republicano (Cova e Pinto, 1997: 77). De acordo com os estatutos, a Liga tinha como função “orientar, educar e instruir, mediante os princípios democráticos, a mulher portuguesa”. Acabou por se dissolver em 1919, mas, durante os 10 anos de existência, chegou a ter entre 400 a 800 filiadas (Cova e Pinto, 1997: 78).

A ginecologista Adelaide Cabete fundou ainda, anos mais tarde, em 1914, aquela que viria a ser a “mais duradoura das organizações das mulheres”, o Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas (CNMP). Com os estatutos aprovados em Abril de 1914, o CNMP definia-se como “uma instituição feminina, não se subordinando a nenhuma escola ou facção filosófica, política ou religiosa” (idem).

“Os seus objetivos eram o de federar as associações feministas, e não apenas feministas, portuguesas “que se ocupam da mulher da criança” e de “coordenar, dirigir e

estimular todos os esforços tendentes à dignificação e à emancipação das mulheres”. Era também seu objetivo “defender tudo o que diga respeito ao melhoramento das condições materiais e morais da mulher, especialmente da proletária” e a remuneração equitativa do trabalho” (idem).

Outro dos momentos marcantes desta luta das mulheres no início do século XX foi o voto de Carolina Beatriz Ângelo nas eleições de 28 de maio de 1911 para a Assembleia Constituinte. Foi a primeira vez que uma mulher votou em Portugal. A lei eleitoral da altura atribuía o poder de voto aos “chefes de família”, qualidade que a médica e sufragista invocou por ser mãe e viúva. Assim, contornou a lei e conseguiu votar, apesar de o seu voto vir a ser anulado mais tarde. Dois anos depois, em 1913, os republicanos fizeram uma nova lei eleitoral e corrigiram a “falha”, decretando que apenas os cidadãos do sexo masculino tinham direito ao voto (idem).

1. O papel da mulher jornalista nos anos 60 e 70 em Portugal

À semelhança de outros setores da sociedade, o jornalismo em Portugal começou por ser um “monopólio do masculino” (Ventura, 2012: 53). Em 1960, o Sindicato dos Jornalistas tinha apenas 10 mulheres inscritas. E, na verdade, podiam até não ser 10 jornalistas, uma vez que algumas das mulheres sindicalizadas eram administrativas nos jornais (Ventura, 2014: 12).

Nos anos 60 e início dos anos 70, as poucas mulheres que conseguiram entrar nas redações dos jornais generalistas portugueses estavam limitadas à escrita sobre “áreas relacionadas com a sociedade”, eram responsáveis por “páginas culturais e suplementos juvenis” ou “traduziam textos” (Ventura, 2012: 27). Nessa altura, não houve “uma oposição declarada da classe jornalística à convivência com colegas do sexo feminino”, contudo as mulheres jornalistas enfrentaram alguns obstáculos. Uma dessas barreiras foi a separação física das redações: as mulheres tinham espaços próprios, separados dos destinados aos homens (Ventura, 2014: 12).

“A explicação para esta segregação tem duas teorias: por um lado, há quem coloque a tónica na defesa da integridade moral das mulheres face à linguagem excessivamente grosseira dos colegas do sexo masculino. Ou seja: era para o seu (das mulheres) próprio bem, para a sua proteção (face à má-educação dos colegas). Por outro lado, há quem alegue que era um bem (a liberdade de falar livremente) dos homens que estava em causa, já que, a separação física lhes permitia manter uma

espécie de ‘colónia’ masculina e, sobretudo, a manutenção desse privilégio que é o da palavra no espaço público, ou neste caso, semipúblico” (Ventura, 2014: 12-13).

Além desta limitação no espaço, as mulheres jornalistas enfrentaram também uma limitação nos temas que tratavam. Ou seja, além da censura do regime, havia ainda uma espécie de “censura interna” nos jornais (Ventura, 2014:13). As mulheres tinham como função escrever apenas sobre temas considerados “especialidade do feminino”, como “gastronomia e culinária, cultura e educação, puericultura e assistência social” (idem). Estes temas eram considerados menores e com menos seriedade e, ao serem sempre destinados às mulheres jornalistas, provocavam uma descredibilização destas.

No livro “As Primeiras Mulheres Repórteres – Portugal nos 60 e 70”, a autora Isabel Ventura escolheu relatar o percurso de seis mulheres que entraram no mundo do Jornalismo nos anos 60 e 70 e abriram caminho para as seguintes, enfrentando os obstáculos de um setor na altura machista e lutando por aquilo em que acreditavam. Maria Antónia Palla, Diana Andringa, Maria Teresa Horta, Edite Soeiro, Leonor Pinhão e Alice Vieira são “exemplos extraordinários e únicos nos episódios que constituem o percurso das mulheres na imprensa portuguesa” (Ventura, 2012: 22).

Estas mulheres usaram o Jornalismo para denunciar a situação de desigualdade e discriminação em que viviam as mulheres, tanto no seio das famílias como no campo profissional, e lutar pelos direitos femininos, como por exemplo a despenalização do aborto. Contra todas as expectativas, durante as suas carreiras, receberam vários prémios e chegaram a desempenhar funções editoriais, durante as quais tentaram combater a censura do regime. Leonor Pinhão marcou ainda a história das mulheres na imprensa portuguesa por, na segunda metade da década de 70, ter entrado para o jornal desportivo “A Bola”. Foi a primeira mulher a integrar um jornal temático e logo sobre desporto, um tema por tradição destinado aos homens (idem).

Numa época em que a taxa de analfabetismo das mulheres portuguesas era muito elevada, todas, à exceção de Edite Soeiro, frequentaram o Ensino Superior, mas apenas Maria Antónia Palla, Alice Vieira e Leonor Pinhão concluíram as licenciaturas. De famílias com algumas posses, estas mulheres quebraram ainda barreiras conciliando a profissão com o matrimónio e a maternidade (Ventura, 2012: 137).

2. O perfil do jornalista português atualmente e a comparação com os outros países europeus

Em maio de 2019, uma jornalista da BBC rejeitou uma promoção para um cargo editorial depois de saber que lhe ofereceram menos 12 mil libras (mais de 13 mil euros) do que recebia um homem para fazer o mesmo trabalho. Karen Martin denunciou a situação publicamente e revelou que a empresa britânica de comunicação social enfrenta ainda grandes desigualdades salariais entre homens e mulheres (Waterson, 2019).

A nível europeu, o Jornalismo continua a ser “uma coisa de homens”, uma vez que há mais jornalistas do sexo masculino, que recebem salários mais elevados do que as jornalistas mulheres. Por exemplo, uma pesquisa realizada pelo European Journalism Observatory (EJO), em maio de 2018, sobre a imprensa escrita na Europa, nos vários países em análise, mostrou que, tanto nos jornais impressos como nos digitais, a maior parte dos artigos “nas secções de notícias, negócios e comentários” são produzidos por homens. Em percentagem, no total dos 11 países que foram analisados – República Checa, Itália, Alemanha, Letónia, Polónia, Portugal, Roménia, Espanha, Suíça, Ucrânia e Reino Unido –, os homens escreveram 41% das histórias e as mulheres apenas 23% (European Journalism Observatory, 2018).

Os países que revelaram um maior desequilíbrio entre géneros foram a Itália e a Alemanha. Nos jornais italianos analisados, 63% dos artigos (a maior percentagem dos 11 países) tinham sido escritos por homens, contrastando com apenas 21% escritos por mulheres. Já na Alemanha, 58% dos artigos tinham como autores jornalistas do sexo masculino e apenas 16% do sexo feminino (idem).

Nesta pesquisa, a grande surpresa foi Portugal, que mostrou ser o único dos países que não tem uma supremacia masculina no setor do Jornalismo. Nos jornais digitais portugueses analisados (Público, Correio da Manhã, Observador e Notícias ao Minuto), 30% dos artigos tinham sido escritos por mulheres e 20% por homens. A primazia feminina era ainda maior na imprensa escrita, com as mulheres a escrever 37% dos artigos e os homens 18% (idem).

Apesar destes dados, em Portugal continua a haver mais homens do que mulheres no Jornalismo, apesar de a diferença ser pouco significativa. Um extenso inquérito realizado aos jornalistas portugueses, por uma equipa do Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES) do ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, em parceria com o Sindicato dos Jornalistas e o Observatório de Comunicação (OberCom), mostrou que 52% dos jornalistas portugueses são homens e 48% são mulheres (OberCom, 2017:7).

A mesma investigação revelou ainda que, no geral, os jornalistas do sexo masculino têm salários mais elevados do que as jornalistas do sexo feminino. Exemplo disso é que o número de mulheres jornalistas que revelaram estar insatisfeitas com as suas remunerações é maior do que o número de homens insatisfeitos – 37% das mulheres disseram estar muito insatisfeitas contra 30% dos homens que disseram o mesmo. Esta disparidade salarial continua, apesar de atualmente as mulheres jornalistas terem mais habilitações académicas do que os homens jornalistas. Segundo o estudo do CIES, 54% dos jornalistas do sexo feminino em Portugal têm um curso superior contra 34% dos jornalistas do sexo masculino (Crespo, 2016).

O cenário na imprensa portuguesa evoluiu ao longo dos anos, mas, além de continuarem a receber menos do que os homens, as mulheres jornalistas estão ainda pouco representadas nos cargos de chefia, continuando nesse aspeto a haver um “ADN claramente machista” (Rebelo, s.d. apud Ventura, 2014: 14). No último Congresso dos Jornalistas, que aconteceu em janeiro de 2017, os diretores dos principais meios de comunicação social foram convidados e no painel composto por 19 jornalistas havia apenas duas mulheres (European Journalism Observatory, 2018).

Ao consultarmos as direções de informação dos meios de comunicação social portugueses percebemos que as mulheres estão em minoria. Nos três canais generalistas, apenas a RTP tem uma mulher, a jornalista Maria Flor Pedroso, como diretora de informação, cuja equipa conta ainda com duas mulheres como diretoras adjuntas, no total de 4 pessoas (RTP, 2018). Já a TVI tem apenas uma mulher nos principais cargos de topo da direção de informação (diretor, diretores adjuntos e subdiretores): a jornalista Judite de Sousa como diretora adjunta (TVI, 2015). E a SIC não tem mesmo nenhuma mulher nestes cargos (SIC, 2011).

No que diz respeito aos jornais generalistas portugueses, o cenário é idêntico. Por exemplo, o Público tem apenas uma mulher na direção de informação: a jornalista Ana Sá Lopes como diretora adjunta, cargo que é comum a três homens (Público, s.d.). Assim é também o semanário Expresso: Paula Santos é diretora adjunta, em conjunto com três homens (Expresso, 2012). Já o Correio da Manhã não tem nenhum jornalista do sexo feminino nos principais cargos de chefia da direção de informação (Correio da Manhã, 2014).

3. História do jornalismo televisivo e dos telejornais em Portugal

O jornalismo televisivo em Portugal teve origem no cinema, começando com a realização de pequenos documentários e chegando à produção de “cinejornais”. O primeiro, intitulado “Jornal do Condes”, foi produzido em 1918 pela produtora e distribuidora Castello-Lopes. Um ano mais tarde, em 1919, a Secção Cinematográfica do Exército começou a produzir as “Actualidades Portuguesas” e a Secção Cinematográfica do jornal Diário de Notícias as “Actualidades Cinematográficas”. A partir dessa altura, surgiram estes e outros cinejornais, mas todos tiveram uma curta duração (Sousa, s.d.: 42).

Anos mais tarde, em 1938, estreou nos cinemas o “Jornal Português”, o primeiro cinejornal em Portugal que teve continuidade. Como escreveu Adelino Gomes, no livro “Nos bastidores dos Telejornais – RTP1, SIC e TVI”, “tornou-se um lugar-comum dizer que os média se encontram, por natureza, ao serviço do poder dominante” (Gomes, 2012: 31). E foi exatamente esse o propósito dos primeiros passos do telejornalismo. O “Jornal Português”, que marca esse arranque, era promovido pelo Secretariado da Propaganda Nacional e funcionava numa “lógica de propaganda do Estado Novo”, mostrando essencialmente as comemorações nacionais, os eventos políticos, os desfiles militares e as inaugurações (Sousa, s.d.: 42).

Mas é apenas nos anos 50 que é dado o passo determinante para a criação da televisão tal como a conhecemos hoje: o início dos estudos para a implementação de um serviço de televisão nacional em Portugal. Nessa altura, nasceu a Radiotelevisão Portugal (RTP), que funcionava como uma “sociedade anónima de responsabilidade limitada com capital do Estado e de vários outros acionistas, entre os quais várias emissoras de radiodifusão privadas e capitais particulares de algumas instituições bancárias” (Sobral, 2012: 145).

As primeiras emissões experimentais da televisão pública aconteceram entre 4 e 30 de setembro de 1956, a partir da feira popular de Lisboa, com a apresentação de filmes, músicas e revistas filmadas (Santos, 2007 apud Sobral, 2012: 145). As emissões regulares ocorreram apenas no ano seguinte, a partir de 7 de março de 1957, em plena ditadura (Teves, 2007 apud Sobral, 2012: 146). Nessa fase, o canal de televisão público era fortemente controlado e condicionado pelo regime de Salazar. Segundo Cádima, nos seus primeiros tempos a RTP era «o principal porta-voz da política totalitária dos dois ditadores do Estado Novo» (Cádima, 1999: 31). Em suma, tinha um papel “propagandístico”, mostrando “essencialmente” as “cerimónias de corta-fitas do regime” (Sousa, s.d.: 42).

Com o surgimento da RTP, tiveram início também os primeiros telejornais portugueses, que funcionavam numa espécie de “rádio com imagem do pivot”, ou seja, o pivot, o jornalista que apresenta o telejornal, surgia sozinho no ecrã, em direto, a “debitar” nas notícias do dia, sem qualquer outro tipo de imagem (idem). Anos mais tarde, em 1964, a introdução da tecnologia de vídeo na RTP veio alterar as coisas, uma vez que permitiu que começassem a ser gravadas, e posteriormente transmitidas, as primeiras reportagens com jornalistas presentes no local dos acontecimentos, semelhantes àquelas que constituem os telejornais a que assistimos hoje em dia. Esta evolução tecnológica possibilitou também a realização de diretos, sendo que o primeiro acontecimento em território nacional transmitido em direto na televisão foi um jogo de futebol entre o Sporting e o Fußballklub Austria Wien, o clube de Viena, a capital da Áustria, em 1958. Já o primeiro acontecimento transmitido em direto do estrangeiro foi um jogo de hóquei de patins entre Espanha e Portugal, em 1960 (Sousa, s.d.: 42-43).

Os primeiros telejornais ficaram marcados por um total controlo do regime, o que levava a que fossem transmitidas, através de uma “cobertura subserviente, burocratizada e enfadonha”, todas “as cerimónias protocolares, protagonizadas pelos ministros e secretários de Estado”. Além disso, os telejornais continham editoriais “agressivos” contra, por exemplo, a oposição e os movimentos anticolonialistas. O jornalismo televisivo, protagonizado pelo RTP, só conseguiu libertar-se da censura e o total controlo do regime com a Revolução de Abril, em 1974 (Sousa, s.d.: 43). Foi também na década de 70, marcada pela queda do regime político totalitário de Salazar, que acontece a nacionalização da RTP, após a ocupação militar (Sobral, 2012: 146).

Mas a “profunda mudança” nos média em Portugal aconteceu apenas na segunda metade da década de 80 (Santos, 2007 apud Sobral, 2012: 147). Seguindo as pisadas dos outros países europeus, onde este foi um “tempo de abertura a canais privados” (Torres, 2011: 52). Portugal acabou com a exclusividade estatal e permitiu que o setor privado entrasse na área da televisão, com a revisão constitucional de 1989. Assim, nos anos 90, surgiram dois canais privados: a Sociedade Independente de Comunicação (SIC), que teve a sua primeira emissão a 6 de outubro de 1992, e a Televisão Independente (TVI), que iniciou a transmissão a 20 de fevereiro de 1993 (Sobral, 2012: 147).

Os canais privados mudaram a forma de fazer televisão, não só por terem trazido um aumento da oferta de programas, mas também por estabelecerem “uma relação de proximidade com o telespectador” (idem). E isso foi notório também nos telejornais: por exemplo, a SIC trouxe um novo cenário para os noticiários, onde era possível ver, pela primeira

vez na história da televisão, “a zona de retaguarda das notícias: o lugar onde elas são fabricadas” (Felisbela, 2007 apud Sobral, 2012: 147). Esta característica mantém-se ainda nos dias de hoje e foi adotada pelos três principais canais generalistas.

Outra das alterações nos telejornais portugueses que surgiram com o aparecimento dos canais privados foi o aumento e uma maior diversidade dos temas nos alinhamentos dos noticiários. Apesar de a política nacional e o desporto, essencialmente o futebol, continuarem a ser os temas mais frequentes, com o surgimento da SIC e da TVI aumentaram as peças e reportagens sobre temas da editoria de sociedade, ou seja, acontecimentos e questões mais ligados ao dia-a-dia do cidadão comum (Brandão, 2002). Estes temas, como saúde, crimes ou acidentes, ganharam destaque e agora são, muitas vezes, peça de abertura.

Segundo escreveu o autor Nuno Goulart Brandão na sua tese de doutoramento publicada em 2006, apesar de os canais privados terem trazido novos temas para os telejornais, atualmente os alinhamentos dos noticiários dos principais três canais generalistas “não apresentam uma assinalável diversidade de assuntos” (Brandão, 2006). O autor referiu ainda que a política nacional, o desporto e os acidentes e catástrofes são os temas com um maior número de peças nos telejornais. Referindo que, nos três canais, a política nacional é o tema dominante, Nuno Brandão destaca que na RTP o segundo tema mais abordado é o desporto, na SIC os acidentes e catástrofes e na TVI os casos diversos. Quanto à localização geográfica, o autor afirma que o maior número de notícias é sobre acontecimentos ocorridos em Lisboa. No trabalho em questão, Nuno Brandão debruçou-se também sobre a duração dos telejornais, tendo na altura apurado os seguintes tempos médios globais: RTP, 1 hora, 11 minutos e 16 segundos; SIC, 1 hora, 20 minutos e 24 segundos; TVI, 1 hora, 31 minutos e 7 segundos (idem). Mas, desde 2006 até aos dias de hoje, houve alterações nos telejornais, que são agora mais longos.

Os telejornais sofreram alterações ao longo dos anos, mas a verdade é que continuam a ser uma “fonte de informação prioritária” para o público. Para o autor Rui Cádima, os noticiários televisivos são ainda, “na maior parte das vezes, a principal ou a única fonte de informação sobre a realidade do mundo contemporâneo para o ‘grande público’” (Cádima, 1995: 130).

Capítulo 2 – Enquadramento Metodológico

1. Objetivos da pesquisa

Depois de 20 anos de intervalo, realizou-se em janeiro de 2017 o 4º Congresso dos Jornalistas Portugueses, no cinema de São Jorge, em Lisboa. Num painel de 20 diretores de órgãos de comunicação social, Graça Franco, diretora da Rádio Renascença desde 2009, e Mafalda Anjos, à frente da revista Visão desde 2016, eram as únicas mulheres (Santos, 2017). De facto, de acordo com dados do Observatório da Comunicação (Obercom) relativos a 2017, há hoje em dia um equilíbrio no que diz respeito ao número de homens e mulheres jornalistas, com 51,8% e 48,2%, respetivamente. Contudo, os homens continuam a ter salários mais elevados e a ocuparem a maior parte dos cargos de chefia (OberCom, 2017).

O objetivo deste trabalho é perceber se essa desigualdade de género que ainda existe no setor do jornalismo em Portugal também está presente nos telejornais, que são, muitas vezes, a “fonte de informação prioritária” para o público (Cádima, 1995: 130). Os noticiários dos três principais canais generalistas portugueses – o “Jornal da Tarde” e o “Telejornal” da RTP, o “Primeiro Jornal” e o “Jornal da Noite” da SIC e o “Jornal da Uma” e o “Jornal das Oito” da TV – são, na maioria das vezes, os programas de informação com mais audiências, principalmente os da noite. Por isso, o objetivo deste trabalho é perceber se essa “luta de audiências” leva os editores dos telejornais a optar por um maior número de homens, para o papel de pivot, para a elaboração das peças ou para os espaços de comentário, ou se há uma preocupação das direções em conseguir um equilíbrio entre jornalista e especialistas do sexo masculino e feminino, ou seja, em contribuir para a igualdade de género.

2. Metodologia aplicada

Para cumprir os objetivos da pesquisa e chegar às conclusões, foi necessário analisar um elevado número de edições dos telejornais da RTP, SIC e TVI, recorrendo, assim, à análise de conteúdo. Segundo Quivy e Campenhoudt, “melhor do que qualquer outro método de trabalho, a análise de conteúdo (...) permite, quando incide sobre um material rico e

penetrante, satisfazer harmoniosamente as exigências do rigor metodológico e da profundidade inventiva” (Quivy e Campenhoudt, 2005: 226).

A análise de conteúdos é usada desde que os homens fizeram as primeiras tentativas para interpretar os antigos escritos, como os livros sagrados. Contudo, apenas foi sistematizada como um método de análise na década de 20, devido a estudos sobre a propaganda política usada na primeira guerra mundial (Silva et al, 2005:73). O método foi sendo aprofundado e, de acordo com Bardin, a primeira e “célebre definição de análise de conteúdo” surgiu no final dos anos 40-50, elaborada por B. Berelson, que afirmou que «a análise de conteúdo é uma técnica de investigação que tem por finalidade a descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto da comunicação” (Bardin, 2006: 18).

Os métodos de análise de conteúdo dividem-se em dois tipos, métodos quantitativos e métodos qualitativos, e nesta investigação foram usados os dois. Para Quivy e Campenhoudt, que escrevem com base na obra “Análise de Conteúdo” de Laurence Bardin, os primeiros são “extensivos”, ou seja, consistem na “análise de um grande número de informação sumária”, e têm como base “a frequência do aparecimento de certas características de conteúdo ou de correlação entre elas” (Quivy e Campenhoudt, 2005: 227). Já os segundos, os métodos qualitativos, são “intensivos”, isto é, analisam “um pequeno número de informações complexas e pormenorizadas”, e têm como base “a presença ou a ausência de uma característica ou o modo segundo o qual os elementos do ‘discurso’ estão articulados uns com os outros” (idem). Apesar destas definições, a verdade é que as diferenças entre os dois tipos de métodos não são muito acentuadas e, muitas vezes, os métodos quantitativos e os qualitativos acabam por se fundir. Por isso, são muitas as investigações que usam as duas categorias, exatamente como a análise feita neste trabalho (Quivy e Campenhoudt, 2005: 228).

No livro “Análise de Conteúdo” de L. Bardin, a obra mais referenciada sobre este método de investigação, a autora divide a metodologia em três fases: “a pré-análise”, “a exploração do material” e “o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação” (Bardin, 2006: 95). A primeira fase trata-se da fase de organizar o trabalho, elaborando um plano, que pode ser “flexível” e alterado ao longo da análise (idem). Além da formulação dos objetivos – já descritos neste trabalho no capítulo acima –, na pré-análise é feito ainda, de acordo com Bardin, “a escolha dos documentos a serem submetidos à análise” e “a elaboração de indicadores que fundamentem a interpretação final” (idem).

Quanto aos documentos escolhidos, como o objetivo era analisar os telejornais da tarde e da noite dos três principais canais generalistas portugueses, foi necessário submeter a

análise várias edições destes seis programas. Na fase da escolha da amostra, é importante ter em conta a “regra da representatividade”, enunciada por Bardin, que nos diz que “a amostragem diz-se rigorosa se a amostra for uma parte representativa do universo inicial” e, nesse caso, “os resultados obtidos para a amostra serão generalizados ao todo” (Bardin, 2006: 97). Para que a amostra fosse representativa, foram então analisadas as edições diárias dos “Jornal da Tarde” e “Telejornal” da RTP, “Primeiro Jornal” e “Jornal da Noite” da SIC e “Jornal da Uma” e “Jornal das Oito” da TVI de 15 de junho a 15 de julho de 2019, ou seja, durante um mês, perfazendo um total de 186 programas.

O material escolhido é depois analisado seguindo técnicas que se vão aperfeiçoando ao longo do processo e que se traduzem, por exemplo, em “listas de categorias” e “grelhas de análise” (Bardin, 2006: 30). Para isso, segundo Laurence Bardin, é necessário codificar o material em análise. Essa codificação corresponde a uma “transformação” do material em bruto e que, através de “recorte, agregação e enumeração”, “permite atingir uma representação do conteúdo, ou da sua expressão, susceptível de esclarecer o analista acerca das características” dos dados em análise (Bardin, 2006: 103). Em suma e como descreve O. R. Holsti:

“A codificação é o processo pelo qual os dados brutos são transformados sistematicamente e agregados em unidades, as quais permitem uma descrição exacta das características pertinentes do conteúdo” (Holsti, s.d. apud Bardin, 2006: 103).

Essa codificação é feita através de unidades de codificação ou de registo, que devem ser escolhidas de forma “pertinente” em relação às “características do material e face aos objectivos da análise” (Bardin, 2006: 104). Analisar o material de acordo com estas variáveis tem como objetivo a “categorização e a contagem frequencial” dos dados. As unidades de codificação são definidas pelo analista de acordo com o que faz mais sentido para atingir os objetivos a que se propôs e têm “dimensões muito variáveis” (idem).

“Reina uma certa ambiguidade no concernente aos critérios de distinção das unidades de registo. Efectivamente, executam-se certos recortes a nível semântico, o «tema», por exemplo, enquanto que outros se efectuam a um nível aparentemente linguístico, como por exemplo, a «palavra» ou a «frase»” (idem).

Seguindo estes princípios de Laurence Bardin, foram definidas as seguintes unidades de registo para esta análise:

- 1) Pivot: o objetivo era perceber se o jornalista escolhido para apresentar o telejornal e que, por isso, tinha um papel de destaque, era do gênero feminino ou masculino. Pretendia-se saber se há um desequilíbrio entre o número de homens e o número de mulheres que têm o cargo de pivot ou se os principais canais generalistas têm a preocupação com a igualdade de gênero no conjunto dos pivots;
- 2) Peças: as peças são as notícias do dia apresentadas através da combinação entre a narração do jornalista e entrevistas e imagens. Nesta categoria foram analisados três fatores:
 - Número de peças: o objetivo era perceber se havia um desequilíbrio entre o número de peças elaboradas por homens e o número de peças elaboradas por mulheres ou se há uma tendência para a paridade. Para isso, foram contabilizados o número total de peças, o número de peças elaboradas por homens e o número de peças elaboradas por mulheres em cada edição analisada dos telejornais dos três principais canais generalistas;
 - Duração das peças: com estes dados pretendia-se saber se havia uma diferença entre o tempo dado às peças elaboradas por homens e o tempo dado às peças elaboradas por mulheres ou se há um equilíbrio. Posto isto, foi contado o tempo total das peças elaboradas por homens e o tempo total das peças elaboradas por mulheres em cada programa analisado;
 - Peça de abertura: a peça de abertura apresenta a notícia mais importante e marcante do dia, de acordo com os critérios editoriais de cada telejornal. A análise desta variável tem como objetivo contabilizar o número de peças de abertura que são realizadas por jornalistas homens e o número de peças de abertura que são realizadas por jornalistas mulheres e perceber se há uma diferença significativa ou se há um equilíbrio;
- 3) Diretos: os diretos são feitos com o jornalista, sozinho ou com entrevistados, a descrever um acontecimento, ao vivo e no próprio local do evento. Nesta categoria foram analisados dois fatores:
 - Número de diretos: com esta análise o objetivo era perceber se há mais jornalistas homens ou mais jornalistas mulheres a entrar em direto nos telejornais dos três principais canais generalistas ou se há

um equilíbrio. Para isso, foram contabilizados o número de diretos feitos por homens e o número de diretos feitos por mulheres e foi feita uma comparação;

- Duração dos diretos: além do número, foi também contabilizada a duração dos diretos dos jornalistas homens e dos diretos das jornalistas mulheres. Com esta análise, o objetivo é saber se há uma diferença significativa entre a duração dos diretos com homens e a duração dos diretos com mulheres ou se há uma tendência para a paridade;

- 4) Reportagens: as reportagens são peças jornalísticas mais aprofundadas, com maior duração e cujo tema não é, muitas vezes, uma notícia do dia. Implicam uma investigação e trabalho mais elaborados e contam, na sua maioria, com o aparecimento do jornalista no ecrã. À semelhança das outras categorias, nesta foram também analisados o número e a duração das reportagens realizadas por homens e o número e a duração das reportagens realizadas por mulheres e foi feita uma comparação.
- 5) Rubricas: as rubricas consistem em reportagens, entrevistas ou espaços de comentários feitos por determinados jornalistas, de forma periódica. Podem ser transmitidas num dia específico da semana ou até não ter uma data concreta, mas há uma transmissão regular. Para este trabalho, foram analisados o número e a frequência da transmissão das rubricas realizadas por jornalistas homens e as mesmas características das rubricas realizadas por jornalistas mulheres, para poder ser feita uma comparação.
- 6) Comentadores e convidados: atualmente é frequente a presença de comentadores nos telejornais portugueses para debater temas da atualidade. Muitos destes comentadores têm mesmo espaços de comentário fixos, que acontecem sempre no mesmo dia da semana, na maior parte das vezes em direto. Os canais televisivos optam ainda por convidar especialistas quando há determinados temas em discussão. O número de comentadores ou convidados homens e o número de comentadoras ou convidadas mulheres, bem como a duração dos comentários, foram também contabilizados neste trabalho. O objetivo era perceber se há uma diferença significativa entre o número de comentadores do sexo feminino e o número de comentadores do sexo masculino, bem como no tempo dado aos comentários de cada um, ou se há equilíbrio.

Capítulo 3 – Análise e discussão dos resultados

1. Pivots

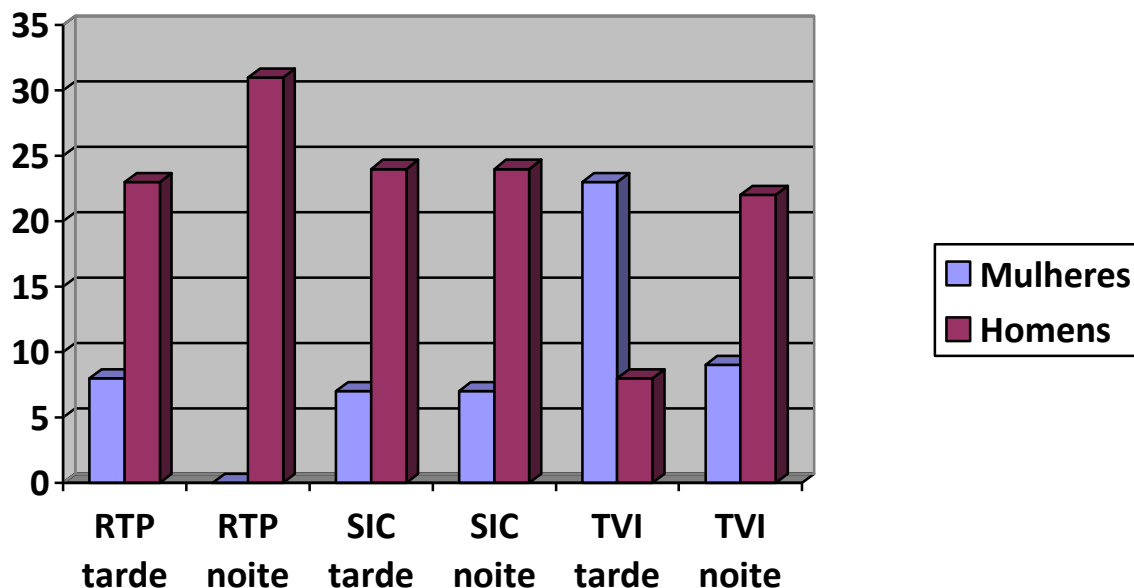
Como escreveu Adelino Gomes, no livro “Nos Bastidores dos Telejornais: RTP 1, SIC e TVI”, o pivot, ou seja, o jornalista que apresenta o telejornal, é o “distribuidor do jogo” (Gomes, 2012). Os jornalistas com esta função têm, por norma, um ar sóbrio, profissional e credível, que é notório desde a linguagem que usam até à roupa que vestem. O objetivo é que consigam transmitir a mensagem, através de uma conversa com os telespetadores, de forma “agradável, educada e não agressiva” (Jespers, 1997). “Só se dirigem a um e cada um recebe a mensagem como se ela lhe fosse destinada pessoalmente” (idem).

Por aparecerem ao longo de todo o telejornal, entre as peças e as reportagens transmitidas e, muitas vezes, também a entrevistar convidados e moderar debates, estes jornalistas têm um papel de destaque e acabam por ser bastante conhecidos do público. Por isso, para avaliar se existe igualdade de género no que diz respeito às equipas de jornalistas responsáveis pelos telejornais dos principais canais generalistas portugueses, o primeiro passo foi analisar o género dos pivots.

Quadro 1 – Género dos pivots dos telejornais da RTP, SIC e TVI de 15 de junho a 15 de julho de 2019

GÉNERO DOS PIVOTS		
	Homens	Mulheres
Jornal da Tarde (RTP)	23	8
Telejornal (RTP)	31	0
Primeiro Jornal (SIC)	24	7
Jornal da Noite (SIC)	24	7
Jornal da Uma (TVI)	8	23
Jornal das Oito (TVI)	22	9
Total	132	54

Gráfico 1 – Género dos pivots dos telejornais da RTP, SIC e TVI de 15 de junho a 15 de julho de 2019



Depois de analisadas 186 edições dos telejornais da tarde e da noite da RTP, SIC e TVI – do dia 15 de junho ao dia 15 de julho de 2019 –, foi possível concluir que, no conjunto dos três canais generalistas, o número de pivots homens foi muito superior ao número de pivots mulheres (132 para 54). O número de jornalistas mulheres a apresentarem o telejornal no período em análise correspondeu a menos de metade do número de jornalistas homens com a mesma função. Em termos de percentagem, no total das 186 edições dos telejornais analisadas, apenas 29%, aproximadamente, foram apresentadas por mulheres, contra 71% apresentadas por homens.

Dos seis programas analisados, o “Telejornal”, ou seja, o noticiário da noite da RTP, foi aquele em que se registou uma diferença maior: todas as 31 edições visualizadas, ou seja, 100% dos programas analisados, foram apresentadas por homens. Apesar de não ser com uma disparidade tão elevada, os restantes telejornais, excetuando o “Jornal da Uma” da TVI, tiveram também um número de jornalistas do sexo masculino como pivots bastante superior ao número de jornalistas do sexo feminino no período em análise: 23 homens contra 8 mulheres no “Jornal da Tarde” da RTP; 24 homens contra 7 mulheres no “Primeiro Jornal” e no “Jornal da Noite” da SIC e 22 homens contra 9 mulheres no “Jornal das Oito” da TVI.

Em percentagem, no telejornal da tarde da RTP, apenas 26%, aproximadamente, das edições em análise foram apresentadas por mulheres, contra 74% apresentadas por homens. Já na SIC, tanto no “Primeiro Jornal” como no “Jornal da Noite”, somente 23% das edições examinadas tiveram mulheres como pivots, em comparação com 77% em que foram homens que tiveram essa função. Por fim, no “Jornal das Oito” da TVI, 29% das edições foram apresentadas por mulheres e 71% apresentadas por homens.

O “Jornal da Uma” da TVI foi, assim, o único programa de informação analisado em que as mulheres com o papel de pivot foram mais do que os homens (23 jornalistas do sexo feminino em comparação com 8 jornalistas do sexo masculino). Estes números traduzem-se em 74% das edições com mulheres como pivots e 26% com homens.

Perante estes números, é possível concluir que, apesar de atualmente em Portugal a diferença entre o número de mulheres e homens jornalistas ser pouco significativa – 52% de homens contra 48% de mulheres, segundo o Observatório de Comunicação –, não é notória uma grande evolução no que diz respeito à função de pivot (OberCom, 2017:7). Esse papel de destaque e visibilidade continua a ser dominado pela ala masculina do Jornalismo, quando são as mulheres inclusivamente que têm mais habilitações académicas, como revelou o estudo do Centro de Investigação de Estudos de Sociologia do ISCTE: 54% dos jornalistas do sexo feminino em Portugal têm um curso superior contra 34% dos jornalistas do sexo masculino (Crespo, 2016).

2. Peças e diretos

A maneira mais frequente de nos serem apresentadas as notícias do dia nos telejornais é através das peças, ou seja, da combinação entre a narração do jornalista e as entrevistas e imagens. Por isso, são estas pequenas reportagens que ocupam a maior parte dos noticiários. Para este trabalho, foi importante perceber como é feita a distribuição das peças entre os jornalistas homens e as jornalistas mulheres que compõem as redações dos canais de televisão generalistas.

Quadro 2 – Número de peças dos telejornais da RTP, SIC e TVI de 15 de junho a 15 de julho de 2019

NÚMERO DE PEÇAS			
	Peças feitas por mulheres	Peças feitas por Homens	Número total de peças
Jornal da Tarde (RTP)	388	275	663
Telejornal (RTP)	406	268	674
Primeiro Jornal (SIC)	510	364	874
Jornal da Noite (SIC)	414	289	703
Jornal da Uma (TVI)	398	241	639
Jornal das Oito (TVI)	390	275	665

No que diz respeito ao número de peças, é possível perceber a partir da tabela acima que, no conjunto dos seis programas, houve mais peças feitas por mulheres do que por homens. No total, durante o mês em análise, foram transmitidas nos três principais canais generalistas 2506 peças elaboradas por jornalistas do sexo feminino e 1712 elaboradas por jornalistas do sexo masculino. Em percentagem, estes números traduzem-se em, aproximadamente, 59% para as peças feitas por mulheres e 41% para as peças feitas por homens.

O “Jornal da Uma” da TVI foi aquele em que foi registada uma maior diferença entre o número de peças realizadas por jornalistas do sexo feminino e o número de peças realizadas por jornalistas do sexo masculino, traduzindo-se em, aproximadamente, 62% para as mulheres e 38% para os homens. De seguida, foi o “Telejornal” da RTP, com 60% das peças feitas por mulheres e 40% feitas por homens, e os “Jornal da Tarde” da RTP, “Jornal da Noite” da SIC e “Jornal das Oito” da TVI, com 59% das peças feitas por mulheres e 41% feitas por homens. Já o “Primeiro Jornal” da SIC foi aquele em que se registou uma diferença mais pequena entre o número de peças feitas por mulheres e o número de peças feitas por homens, com 58% para as jornalistas e 42% para os jornalistas.

Estes dados mostram que muita coisa mudou no mundo do Jornalismo desde os anos 60 e início dos anos 70, em que, como descreve a autora Isabel Ventura, no livro “As Primeiras Mulheres Repórteres: Portugal nos anos 60”, as redações dos jornais generalistas tinham um

número muito baixo de mulheres e as poucas que conseguiam entrar escreviam apenas sobre sociedade ou cultura ” (Ventura, 2012). Desde então, o número de mulheres aumentou significativamente nas redações e, como provam os dados recolhidos, são mesmo as jornalistas do sexo feminino que elaboram agora o maior número das peças que ocupam os telejornais.

Esta análise, que revelou que, aproximadamente, 59% das peças que foram transmitidas nos telejornais dos principais canais generalistas foram feitas por mulheres, contra 41% realizadas por homens, está em concordância com a pesquisa realizada pelo European Journalism Observatory (EJO) em 2018, que distinguiu Portugal como o único país europeu que não tem uma supremacia na elaboração de peças jornalísticas, num conjunto de 11 países analisados (República Checa, Itália, Alemanha, Letónia, Polónia, Portugal, Roménia, Espanha, Suíça, Ucrânia e Reino Unido). Essa investigação analisou os jornais digitais, em que 30% dos artigos foram escritos por mulheres e 20% por homens, e os jornais impressos, em que as mulheres escreveram 37% dos artigos e os homens 18%.

Além do número de peças, esta investigação analisou também a duração das mesmas, para comparar o tempo dos telejornais que é ocupado com a transmissão dos trabalhos feitos por jornalistas mulheres e por jornalistas homens.

Quadro 3 – Duração das peças dos telejornais da RTP, SIC e TVI de 15 de junho a 15 de julho de 2019

DURAÇÃO DAS PEÇAS		
	Duração das peças feitas por mulheres	Duração das peças feitas por homens
Jornal da Tarde (RTP)	764 minutos (cerca de 13 horas)	536 minutos (cerca de 9 horas)
Telejornal (RTP)	813 minutos (cerca de 14 horas)	523 minutos (cerca de 9 horas)
Primeiro Jornal (SIC)	986 minutos (cerca de 16 horas)	654 minutos (cerca de 11 horas)
Jornal da Noite (SIC)	829 minutos (cerca de 14 horas)	547 minutos (cerca de 9 horas)
Jornal da Uma (TVI)	764 minutos (cerca de 13 horas)	521 minutos (cerca de 9 horas)
Jornal das Oito (TVI)	771 minutos (cerca de 13 horas)	580 minutos (cerca de 10 horas)

Como já foi referido, o número de peças feitas por jornalistas mulheres nos seis telejornais portugueses, durante o período em análise, foi superior ao número de peças feitas por homens. Como consequência, o tempo dos noticiários ocupado na transmissão das peças realizadas por mulheres também foi maior do que o tempo ocupado com as peças realizadas por homens. No total dos seis programas, as pequenas reportagens feitas por jornalistas do sexo feminino ocuparam 4927 minutos, ou seja, aproximadamente, 82 horas. Já as dos jornalistas do sexo masculino ocuparam 3361 minutos, isto é, 56 horas.

O “Primeiro Jornal” da SIC foi aquele em que foi registada uma maior diferença entre o tempo ocupado com a transmissão das peças realizadas por mulheres e o tempo ocupado com a transmissão das peças realizadas por homens, com 986 minutos (cerca de 16 horas) contra 654 minutos (cerca de 11 horas), respetivamente. Já o “Jornal das Oito” da TVI foi o que registou uma diferença mais pequena: as peças realizadas por mulheres ocuparam 771 minutos (cerca de 13 horas) e as peças realizadas por homens ocuparam 580 minutos (cerca de 10 horas).

Cruzando os dados sobre o número de peças e a duração das mesmas, podemos calcular qual a média da duração das peças feitas por mulheres e das peças feitas por homens, nos diferentes telejornais.

Quadro 4 – Média da duração das peças dos telejornais da RTP, SIC e TVI de 15 de junho a 15 de julho de 2019

MÉDIA DA DURAÇÃO DAS PEÇAS		
	Peças feitas por mulheres	Peças feitas por homens
Jornal da Tarde (RTP)	1,96	1,95
Telejornal (RTP)	2	1,95
Primeiro Jornal (SIC)	1,93	1,8
Jornal da Noite (SIC)	2	1,89
Jornal da Uma (TVI)	1,91	2,16
Jornal das Oito (TVI)	1,98	2,11

Nos telejornais da RTP e da SIC, tanto no da tarde como no da noite, a duração média das peças realizadas por mulheres é superior à duração média das peças realizadas por homens. Aquele em que se registou uma diferença inferior foi no “Jornal da Tarde” da RTP, onde as peças feitas por mulheres tiveram uma duração média de 1,96 minutos e as peças feitas por homens 1,95 minutos.

Já nos dois noticiários da TVI, são as peças elaboradas por jornalistas homens que têm uma duração média superior. O “Jornal da Uma” foi mesmo o telejornal em que foi registada uma maior diferença entre a duração média das pequenas reportagens feitas por mulheres e as feitas por homens (1,91 minutos contra 2,16 minutos, respetivamente). No caso deste jornal da tarde, são as mulheres as responsáveis pela elaboração do maior número de peças, mas os trabalhos feitos pelos homens têm uma duração média superior.

Ao olharmos para os dados podemos concluir que, apesar de, em todos os telejornais analisados, o número de peças realizadas por mulheres ser superior ao número de peças feitas por homens, há noticiários, como o “Jornal da Uma” e o “Jornal das Oito” da TVI, em que a duração média das pequenas reportagens dos homens é maior do que a duração média das pequenas reportagens das mulheres. Ou seja, embora as mulheres tenham realizado mais peças, nos telejornais da TVI são as dos homens que duram mais tempo, o que pode significar que ficam responsáveis pelos temas mais importantes e que, por isso, são mais aprofundados.

Outro dos pontos analisados neste trabalho foi a abertura dos telejornais, que apresenta a notícia mais importante do dia, de acordo com os critérios editoriais de cada noticiário, e que, por isso, tem um maior destaque do que as outras. A abertura dos telejornais pode ser feita através de uma peça ou de um direto.

Quadro 5 – Abertura dos telejornais da RTP, SIC e TVI de 15 de junho a 15 de julho de 2019

ABERTURA DOS TELEJORNAIS				
	Peça feita por jornalista mulher	Peça feita por jornalista homem	Direto feito por jornalista mulher	Direto feito por jornalista homem
Jornal da Tarde (RTP)	16	12	3	0
Telejornal (RTP)	19	11	1	0
Primeiro Jornal (SIC)	18	12	0	1
Jornal da Noite (SIC)	17	14	0	0
Jornal da Uma (TVI)	19	9	1	2
Jornal das Oito (TVI)	20	9	2	0

Em todos os telejornais dos três canais generalistas, nos 31 dias em análise, o número de peças ou diretos de abertura feitos por mulheres foi superior aos feitos por homens. O “Jornal das Oito” foi o que registou uma diferença maior, com as mulheres a fazerem 22 aberturas contra 9 feitas pelos homens, ou seja, 71% contra 29%, respetivamente. O telejornal em que houve uma diferença menor foi o “Jornal da Noite” da SIC, com 17 peças de abertura feitas por mulheres (55%) e 14 feitas por homens (45%).

Apesar de os telejornais serem compostos maioritariamente por peças, é frequente haver também diretos, com o jornalista, ao vivo, no próprio local do acontecimento. Neste formato, o jornalista escolhido está em destaque, uma vez que aparece sozinho, ou apenas acompanhado por entrevistados, a narrar as informações, num plano de imagem aproximado. Por isso, os diretos foram também um dos pontos analisados neste trabalho.

Quadro 6 – Diretos dos telejornais da RTP, SIC e TVI de 15 de junho a 15 de julho de 2019

DIRETOS					
	Número total de diretos	Número de diretos feitos por mulheres	Número de diretos feitos por homens	Duração dos diretos feitos por mulheres	Duração dos diretos feitos por homens
Jornal da Tarde (RTP)	52	31	21	107 minutos	50 minutos
Telejornal (RTP)	33	24	9	54 minutos	29 minutos
Primeiro Jornal (SIC)	36	16	20	38 minutos	43 minutos
Jornal da Noite (SIC)	20	10	10	25 minutos	21 minutos
Jornal da Uma (TVI)	56	31	25	69 minutos	60 minutos
Jornal das Oito (TVI)	28	17	11	41 minutos	29 minutos

Em quatro dos seis telejornais em análise, o número de diretos feitos por mulheres foi superior ao número de diretos feitos por homens. O “Telejornal” da RTP foi o que registou uma diferença maior, com as jornalistas mulheres a realizarem 31 diretos (73%) contra 21 realizados por homens (27%). O noticiário em que foi registada uma diferença menor foi o “Jornal da Uma” da TVI, em que as mulheres fizeram 31 diretos (55%) e os homens 25 (45%).

O “Primeiro Jornal” da SIC foi o único em que o número de diretos feitos por mulheres foi inferior ao número de diretos feitos por homens: 16 diretos (44%) no feminino contra 20 diretos (56%) no masculino. Por outro lado, no “Jornal da Noite” da SIC, o número de diretos realizados por mulheres e o número de diretos realizados por homens foi o mesmo (10).

No que diz respeito à duração, apenas no “Primeiro Jornal” da SIC o tempo ocupado com a transmissão dos diretos feitos por mulheres foi inferior ao tempo ocupado com os diretos feitos por homens, com 38 minutos contra 43 minutos, respetivamente. Recorde-se que este noticiário foi também o único em que o número de diretos elaborados por jornalistas mulheres foi menor do que o número de diretos elaborados por jornalistas homens. No “Jornal da Noite” da SIC, em que as mulheres e os homens realizaram o mesmo número de diretos, foram os das jornalistas que ocuparam mais tempo da transmissão (25 minutos contra 21 minutos, respetivamente). Nos restantes telejornais, a duração total dos diretos feitos por mulheres foi superior à duração total dos diretos feitos por homens.

Aprofundando os dados, é possível calcular a duração média de um direto feito por uma mulher e de um direto feito por um homem, em cada telejornal. O telejornal em que

houve uma diferença maior entre estes valores foi o “Jornal da Tarde” da RTP, em que um direto feito por uma mulher teve a duração média de 3,5 minutos e um direto feito por um homem de 2,4 minutos. Já o “Primeiro Jornal” da SIC, o “Jornal da Uma” da TVI e o “Jornal das Oito” da TVI foram aqueles em que foi registada uma diferença menor: 2,4 minutos para os diretos das mulheres contra 2,2 minutos para os diretos dos homens; 2,2 minutos contra 2,4 minutos e 2,4 minutos contra 2,6 minutos, respetivamente.

Neste ponto, há ainda a salientar os casos do “Telejornal” da RTP, do “Jornal da Uma” da RTP e do “Jornal das Oito” da TVI, em que, apesar de o número de diretos feitos pelas mulheres ser superior ao número de diretos feitos pelos homens, a duração média dos diretos dos jornalistas do sexo masculino é maior. O noticiário da noite da RTP registou uma duração média dos diretos no feminino de 2,3 minutos e dos diretos no masculino de 3,2 minutos. No “Jornal da Uma” da TVI, os valores registados foram de 2,2 minutos para os diretos da mulheres e de 2,4 minutos para os diretos dos homens. Já no “Jornal das Oito” da TVI, os diretos das mulheres duraram em média 2,4 minutos e os dos homens 2,6 minutos.

3. Grandes reportagens e rubricas

Além das peças e diretos sobre as notícias do dia, os telejornais são compostos ainda por grandes reportagens, ou seja, peças mais aprofundadas, com uma maior duração e que implicam um trabalho mais desenvolvido do jornalista. Este formato foi também alvo de análise para este trabalho.

Quadro 7 – Grandes reportagens dos telejornais da RTP, SIC e TVI de 15 de junho a 15 de julho de 2019

GRANDES REPORTAGENS					
	Número total de reportagens	Número de reportagens feitas por mulheres	Número de reportagens feitas por homens	Duração das reportagens feitas por mulheres	Duração das reportagens feitas por homens
Jornal da Tarde (RTP)	0	0	0	0	0
Telejornal (RTP)	0	0	0	0	0
Primeiro Jornal (SIC)	0	0	0	0	0
Jornal da Noite (SIC)	6	3	3	53 minutos	40 minutos
Jornal da Uma (TVI)	0	0	0	0	0
Jornal das Oito (TVI)	3	2	1	39 minutos	8 minutos

Durante o período em análise, apenas houve grandes reportagens no “Jornal da Noite” da SIC e no “Jornal das Oito” da TVI. No caso do noticiário da noite da SIC, o número de grandes reportagens feitas por mulheres foi o mesmo do número de grandes reportagens feitas por homens (três). Ainda assim, foram as reportagens feitas pelas mulheres que ocuparam mais tempo da transmissão: 53 minutos contra 40 minutos. Cruzando os dados, é possível concluir que as grandes reportagens das mulheres tiveram uma duração média de 18 minutos e as dos homens de 13 minutos.

No mês analisado, no “Jornal das Oito” da TVI, foram transmitidas três reportagens, duas feitas por jornalistas mulheres e uma por um jornalista homem. Neste caso, foram as reportagens das mulheres que, no total, tiveram uma maior duração. Em média, cada reportagem feita por uma mulher teve uma duração de 19,5 minutos, sendo que a reportagem feita pelo homem durou 8 minutos.

No que diz respeito às grandes reportagens, no período analisado, houve, portanto, um domínio das mulheres, uma vez que realizaram mais reportagens e com uma duração média superior.

Atualmente, os canais generalistas fazem uma forte aposta em rubricas, que são da responsabilidade de jornalistas específicos e cujos episódios são transmitidos de forma regular, num determinado dia da semana, durante o telejornal. Apesar de, normalmente, serem produzidas por uma equipa composto por vários jornalistas e editores de imagens, estas

rubrica têm um jornalista ou outro profissional responsável (como políticos ou comediantes) que lidera o processo. Esses líderes acabam por ter um destaque especial no telejornal e, por isso, as rubricas foram outro dos pontos tidos em conta neste trabalho. Ao longo do mês em análise, foram transmitidas várias, nos três canais generalistas:

- “Mundo à vista”: transmitida no “Jornal da Noite” da SIC de forma regular, mas sem data específica, e realizada por uma mulher;
- “Anda tudo ligado”: transmitida no “Jornal das Oito” da TVI de forma regular, mas sem data específica, e realizada por um homem;
- Programa “Ana Leal”: transmitida no “Jornal das Oito” da TVI às quintas-feiras e realizada por uma mulher;
- Programa “Alexandra Borges”: transmitida no “Jornal das Oito” da TVI às terças-feiras e realizada por uma mulher;
- “Sexta às 9”: transmitida no “Telejornal” da RTP às sextas-feiras e realizada por uma mulher;
- “Mais Justiça”: transmitida no “Jornal da Uma” da TVI de forma regular, mas sem data específica, e realizada por um homem;
- “Cantinho do Olivier”: transmitida no “Jornal da Noite” da SIC às sextas-feiras e realizada por um homem;
- “Um contra um”: transmitida no “Jornal da Noite” da SIC às quartas-feiras e realizada por um homem;
- “Polígrafo”: transmitida no “Jornal da Noite” da SIC às segundas-feiras e realizada por um homem;
- “E se fosse consigo?”: transmitida no “Jornal da Noite” da SIC às segundas-feiras e realizada por uma mulher;
- “Gente Que Não Sabe Estar”: transmitida no “Jornal das Oito” da TVI aos domingos e realizada por um homem;
- “Seis por meia dúzia”: transmitida no “Jornal das Oito” da TVI aos sábados e realizada por um homem.
- “Global”: transmitida no “Jornal da Noite” da TVI aos domingos e realizada por um homem;
- “A opinião de Marques Mendes”: transmitida no “Jornal da Noite” da SIC aos domingos e realizada por um homem.

Das 12 rubricas transmitidas no período em análise, 5 (aproximadamente 42%) têm como protagonista uma mulher. É o caso das rubricas “Ana Leal” e “Alexandra Borges” da TVI, em que essas jornalistas apresentam grandes reportagens e investigações; da rubrica “E se fosse consigo?” da SIC, da autoria da jornalista Conceição Lino, que, segundo o site oficial da SIC, “testa a capacidade de intervenção dos portugueses na defesa do outro, a partir de situações ficcionadas” e da rubrica “Sexta às 9”, da responsabilidade da jornalista Sandra Felgueiras, que revela investigações sobre casos polémicos da sociedade portuguesa.

Neste ponto, os homens estiveram em maioria, uma vez que 7 (aproximadamente 58%) das rubricas transmitidas no mês analisado são da autoria de jornalistas do sexo masculino. Temos como exemplo a rubrica de reportagens “Anda tudo ligado”, elaborada pelo jornalista da TVI Victor Bandarra; a rubrica “Polígrafo”, apresentada pelo jornalista da SIC Bernardo Ferrão, e que funciona como um “fact checking”, desvendando informações falsas que se tornam virais na internet ou ainda o espaço de comentário do político Luís Marques Mendes no telejornal de domingo à noite da SIC.

4. Comentadores e convidados

Os telejornais já não se fazem apenas com jornalistas e a prova disso é que a presença de comentadores e convidados é cada vez mais comum. Uma vez que os comentadores e os convidados acabam por, muitas vezes, ajudar a formar a opinião pública e têm, por isso, um papel de destaque nos telejornais, estes foram também objeto de análise neste trabalho.

Quadro 8 – Comentadores e convidados dos telejornais da RTP, SIC e TVI de 15 de junho a 15 de julho de 2019

COMENTADORES E CONVIDADOS					
	Número total de comentadores e convidados	Número de comentadoras e convidadas mulheres	Número de comentadores e convidados homens	Duração das intervenções feitas por mulheres	Duração das intervenções feitas por homens
Jornal da Tarde (RTP)	0	0	0	0	0
Telejornal (RTP)	3	0	3	0	12 minutos
Primeiro Jornal (SIC)	4	2	2	10 minutos	17 minutos
Jornal da Noite (SIC)	5	1	4	14 minutos	32 minutos
Jornal da Uma (TVI)	14	3	11	9 minutos	66 minutos
Jornal das Oito (TVI)	11	2	9	29 minutos	53 minutos

Nesta categoria não foram contabilizados os comentadores que têm rubricas semanais nos telejornais, como os políticos Luís Marques Mendes e Paulo Portas, porque foram incluídos no ponto tratado acima.

Os homens dominam os espaços de comentário dos telejornais portugueses atualmente. Depois da análise feita ao longo do mês de julho, foi possível concluir que, no total dos comentadores e convidados que participaram nos seis telejornais analisados (37), apenas 8 (aproximadamente 22%) eram mulheres, contra 29 (aproximadamente 78%) homens.

O “Jornal da Uma” da TVI foi aquele em que foi registada uma diferença maior entre o número de comentadoras ou convidadas mulheres e o número de comentadores ou convidados homens: 3 contra 11, respetivamente, o que corresponde a, aproximadamente 22% contra 78%. Por outro lado, o “Primeiro Jornal” da SIC foi o único que teve o mesmo número de mulheres e homens como comentadores ou convidados.

No que diz respeito ao tempo das intervenções, é possível perceber que, no total, os comentários feitos por homens ocuparam um tempo significativamente superior nos diferentes telejornais, o que era expectável por estarem em maior número (62 minutos para as mulheres e 180 minutos para os homens). Mas, cruzando os dados, é possível perceber que a duração média das intervenções das mulheres é superior à duração média das intervenções dos homens: 7,8 minutos contra 4,9 minutos, respetivamente.

De acordo com estes dados, é possível concluir que, no que diz respeito aos comentadores e convidados, há uma predominância dos homens. Os comentadores e

convidados ajudam a construir a opinião pública, através das suas opiniões e sabedoria sobre determinados temas, e, por opção editorial dos telejornais portugueses, continuam a ser, na maioria, homens, não havendo uma igualdade de género neste segmento dos noticiários.

Os dados recolhidos mostram que, em funções de maior visibilidade e destaque no setor do Jornalismo, nos telejornais portugueses, como a realização de rubricas ou a presença em espaços de comentários, continua a haver um “ADN claramente machista”, como referiu o autor José Rebelo, citado por Isabel Ventura, no livro “Mulheres e Media” (Rebelo, s.d. apud Ventura, 2014: 14).

Conclusão

Desde os anos 60 e início dos anos 70, houve uma evolução no que diz respeito ao papel das mulheres no mundo do Jornalismo. Nessa época, como conta a autora Isabel Ventura, no livro “As Primeiras Mulheres Repórteres: Portugal nos anos 60 e 70”, as redações dos jornais eram um “monopólio do masculino” (Ventura, 2012: 53). Prova disso é que, em 1960, havia apenas 10 mulheres inscritas no Sindicato dos Jornalistas (Ventura, 2014: 12). Atualmente, o cenário é outro: a diferença entre o número de jornalistas homens (52%) e o número de jornalistas mulheres (48%) em Portugal é pouco significativa, segundo dados de um estudo do ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, do Sindicato dos Jornalistas e do Observatório de Comunicação, publicado em 2017 (OberCom, 2017:7). Os dados recolhidos neste trabalho vêm ao encontro das conclusões desse estudo sobre o aumento do número de mulheres no meio jornalístico, uma vez que, no que diz respeito à elaboração das peças, aberturas dos telejornais, diretos e grandes reportagens transmitidos no conjunto dos telejornais da RTP, da SIC e da TVI, as mulheres dominaram.

No conjunto dos seis noticiários, durante o mês analisado, foram transmitidas 2506 peças elaboradas por jornalistas do sexo feminino (59%) e 1712 elaboradas por jornalistas do sexo masculino (41%). Consequentemente, as peças feitas por mulheres ocuparam mais tempo na transmissão dos telejornais: 4927 minutos, ou seja, aproximadamente, 82 horas contra 3361 minutos, isto é, 56 horas, respetivamente. Já nos diretos, as mulheres realizaram 129 (57%), ocupando 334 minutos (aproximadamente 6 horas) do total das transmissões dos seis telejornais em análise e os homens 96 (43%), ocupando 232 minutos (4 horas). No que diz respeito às aberturas dos telejornais – com peças ou diretos –, as mulheres foram responsáveis por 116 (62%) contra 70 (38%) feitas pelos homens. Por fim, nas grandes reportagens, as jornalistas mulheres realizaram 5 (56%) e os homens 4 (44%).

Contudo, há aspetos importantes sobre alguns dos noticiários analisados que devem ser assinalados. Por exemplo, no “Jornal da Uma” e no “Jornal das Oito”, ambos da TVI, apesar de o número de peças realizadas pelas jornalistas mulheres ter sido superior ao número de peças feitas por jornalistas homens, a duração média das pequenas reportagens dos homens foi maior do que a duração média das pequenas reportagens das mulheres. No “Jornal da Uma”, as peças das mulheres duraram, em média, 1,91 minutos e as dos homens 2,16 minutos e, no “Jornal das Oito”, as peças no feminino duraram 1,98 minutos e as no masculino 2,11 minutos. Assim, podemos concluir que, apesar de as mulheres terem realizado mais peças, nos telejornais da TVI foram as dos homens que duraram mais tempo. Outro exemplo é no caso

dos diretos: no “Telejornal” da RTP e nos “Jornal da Uma” e “Jornal das Oito” da TVI, apesar de o número de diretos feitos pelas mulheres ser superior ao número de diretos feitos pelos homens, a duração média dos diretos dos jornalistas do sexo masculino é maior. Estes dados podem ser matéria para futuros estudos.

Um artigo do European Journalism Observatory, publicado em 2018, alerta para o facto de, no último Congresso dos Jornalistas, realizado em janeiro de 2017, terem estado apenas duas mulheres no painel de diretores dos principais órgãos de comunicação social portugueses, composto por 19 pessoas (European Journalism Observatory, 2018). Analisando as fichas técnicas dos jornais digitais e impressos e televisões, é possível comprovar que as mulheres estão em minoria nos cargos de chefia, que continuam a ter um “ADN claramente machista”, como refere o autor José Rebelo (Rebelo, s.d. apud Ventura, 2014: 14). Além disso, a ala feminina do Jornalismo tem remunerações mais baixas do que a ala masculina: segundo um estudo do Centro de Investigação de Estudos de Sociologia (CIES) do ISCTE, publicado em 2016, 37% das mulheres estão muito insatisfeitas com o salário contra apenas 30% dos homens que pensam o mesmo. Estas disparidades acontecem mesmo quando, segundo o mesmo estudo, são as mulheres jornalistas que têm mais habilitações académicas do que os homens: 54% dos jornalistas do sexo feminino em Portugal têm um curso superior contra 34% dos jornalistas do sexo masculino (Crespo, 2016).

Os dados recolhidos nesta análise mostram que as desigualdades descritas acima estão também presentes nas funções de maior destaque e visibilidade dos principais telejornais portugueses. No caso da função de pivot, depois de analisadas as 186 edições dos noticiários da tarde e da noite da RTP, SIC e TVI, constatou-se que o número de homens com essas funções foi muito superior ao número de mulheres. No conjunto dos seis noticiários analisados, apenas, aproximadamente, 29% das edições foram apresentadas por mulheres, contra 71% apresentadas por homens. No caso do “Telejornal” da RTP, foram mesmo todas as 31 edições visualizadas, ou seja, 100% dos programas analisados, apresentadas por homens.

Com esta análise podemos perceber que, apesar de atualmente em Portugal já haver um número próximo de jornalistas homens e mulheres, não é notória uma evolução positiva na escolha dos pivots por parte dos editores dos telejornais. A função de pivot, que dá destaque e visibilidade ao jornalista em causa, continua a ser desempenhada, na maioria, por homens: nas 186 edições de telejornais analisadas, 132 foram apresentadas por homens e apenas 54 foram apresentadas por mulheres.

Outra das funções de destaque atualmente nos telejornais é a realização das rubricas periódicas. Também nesta categoria, nas edições analisadas neste trabalho, as mulheres

estiveram em desvantagem, sendo responsáveis apenas por 42% das rubricas, que são, normalmente, grandes reportagens, espaços de comentários ou entrevistas.

A presença de comentadores é outra das características comuns dos telejornais dos dias de hoje, trazendo a estas pessoas – políticos ou outros especialistas – bastante visibilidade. Esta vertente dos telejornais, que tem um papel importante na formação da opinião pública, é também dominada pelos homens. Com esta análise, concluiu-se que, no total dos comentadores e convidados que participaram nos seis telejornais, apenas 22% eram mulheres. Consequentemente, os comentários feitos por homens ocuparam um tempo significativamente superior ao das mulheres (62 minutos contra 180 minutos, respetivamente).

Além disso, no que diz respeito aos espaços de comentário semanais incluídos nos telejornais da RTP, SIC e TVI, e que foram transmitidos no período em análise, foi possível concluir que nenhum é protagonizado por uma mulher. Alguns exemplos são a presença do comentador Miguel Sousa Tavares, no “Jornal das Oito” da TVI às segundas-feiras, e a do político Luís Marques Mendes, no “Jornal da Noite” da SIC aos domingos. Os comentadores e convidados acabam por, ao transmitirem a sua opinião e conhecimento sobre determinados temas, contribuir para construção da opinião pública. Consequência das decisões editoriais, estes elementos continuam a ser, na maioria, homens, não havendo uma igualdade de género neste segmento dos noticiários.

Assim, perante todos estes dados, podemos afirmar que a desigualdade de género nos principais telejornais portugueses, no período analisado, é uma realidade, uma vez que, apesar de o número de mulheres nas equipas ser já equivalente – ou em alguns casos mesmo superior – ao dos homens, a verdade é que continuam a ser os jornalistas ou outros profissionais do sexo masculino os escolhidos para ocupar os cargos de maior destaque, responsabilidade e visibilidade. Há, por isso, ainda um longo caminho a percorrer para que as mulheres gozem das mesmas oportunidades, direitos, reconhecimento e valorização do que os homens neste setor, características fundamentais para que haja uma igualdade entre géneros.

Para aprofundar o tema, penso que poderia ser ainda analisada a distribuição dos temas, como política, economia, sociedade, desporto, música, etc., pelos jornalistas homens ou mulheres, nos principais telejornais portugueses. O objetivo seria perceber se há determinados temas que são mais atribuídos aos homens e se outros são mais vezes atribuídos às mulheres ou se há uma igualdade.

Ainda no tema da igualdade de género nos telejornais portugueses, era interessante também analisar os jornalistas responsáveis pela edição dos mesmos. Nas direções de

informações dos canais generalistas portugueses, as mulheres estão em minoria: nos três canais, apenas a RTP tem uma mulher, a jornalista Maria Flor Pedroso, como diretora de informação. Agora, era importante saber se o mesmo acontece nas direções dos telejornais, o que pode também ajudar a perceber as decisões editoriais.

Outro dos pontos que seria interessante analisar era os jornalistas escolhidos pelas direções dos principais telejornais portugueses para cobrir eventos importantes, em Portugal e no estrangeiro, como eleições, cimeiras, campeonatos desportivos, etc. Ou seja, o objetivo seria saber se há uma igualdade de género nos cargos de enviados especiais e correspondentes, uma vez que atualmente o número de jornalistas homens e mulheres é próximo. Isto porque esses cargos têm também, como no caso dos pivots ou dos comentadores, uma visibilidade, destaque e responsabilidade superiores.

Referências bibliográficas

Livros:

Bardin, Laurence (2006) *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições Persona

Brandão, N. (2002). *O Espectáculo das Notícias: a televisão generalista e a abertura dos telejornais*. Lisboa: Editorial Notícias

Brandão, N. (2006). *Prime Time*. Cruz Quebrada: Ed. Casa das Letras

Cádima, Francisco Rui (1999). *Desafios dos novos media, a nova ordem política e comunicacional*. Lisboa: Editorial Notícias

Cádima, Francisco Rui (1995). *O Fenómeno Televisivo*. Lisboa: Círculo de Leitores

Jespers, Jean- Jacques (1998) *Jornalismo Televisivo*. Coimbra: Minerva

Quivy, Raymond; Campenhoudt, Luc Van (2005) *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Livros Horizonte

Torres, Eduardo Cintra (2011). *A televisão e o serviço público*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos

Ventura, Isabel (2012) *As Primeiras Mulheres Repórteres: Portugal nos anos 60*. Lisboa: Tinta da China

Artigos online:

Cova, Anne; Pinto, António Costa (1997) *O Salazarismo e as Mulheres: uma abordagem comparativa*. Revista Penélope, nº 17, p. 71-94, disponível online em https://www.researchgate.net/publication/28223756_O_Salazarismo_e_as_mulheres_uma_abordagem_comparativa

Crespo, Miguel (2016) *Jornalistas têm quase 40 anos, trabalham em Lisboa e frequentam a universidade*. European Journalism Observatory (EJO), disponível online em

<https://pt.ejo.ch/top-stories/jornalistas-quase-40-anos-trabalham-lisboa-frequentaram-universidade>

Esteves, João (2001) *Os Primórdios do Feminismo em Portugal: a 1ª década do século XX*. Revista Penélope, nº 25, p. 87-112, disponível online em <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2654444>

European Journalism Observatory – EJO (2018) Onde estão as mulheres jornalistas nos media europeus?, disponível online em <https://pt.ejo.ch/investigacao/onde-estao-as-mulheres-jornalistas-nos-media-europeus>

Fertuzinhos, Sónia (2016) *Fundamentos constitucionais da igualdade de género*, Open Editions Journal, p. 49-70, disponível online em <https://journals.openedition.org/spp/2603>

Gomes, Adelino (2012) *Nos Bastidores dos Telejornais: RTP1, SIC e TVI*. Lisboa: Tinta da China, disponível online em <http://www.tintadachina.pt/pdfs/494ee85852b7977bae66cde6f19f14c2-inside.pdf>

OberCom (2017) *Profissão Jornalista: Condições laborais, Formação e Constrangimentos*, disponível online em https://jornalistas.eu/wp-content/uploads/2019/03/1444784272_2017_OBERCOM_Profissao_Jornalista.pdf

Pinheiro, Alexandre Sousa (s.d.) *A capacidade eleitoral no direito português de 1820 a 1974*. Comissão Nacional de Eleições, disponível online em http://www.cne.pt/sites/default/files/dl/trabalho_capacidade_eleitoral.pdf

Silva, Cristiane Rocha; Gobbi, Beatriz Christo; Simão, Ana Adalgisa (2005) *O uso da Análise de Conteúdo como uma ferramenta para a pesquisa qualitativa: descrição e aplicação do método*. Revista Organizações Rurais e Agroindustriais, volume 7, nº 1, p. 70-81, disponível online em <https://www.redalyc.org/pdf/878/87817147006.pdf>

Silveirinha, Maria João (2012) *Repensar as políticas públicas sobre as mulheres e os media – ou do quão cruciais são os estudos feministas da comunicação*. Scielo Portugal, disponível online em http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0874-55602012000100008&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt

Sobral, Filomena Antunes (2012) *Televisão em contexto português: uma abordagem histórica e prospetiva*. Revista Millenium, nº 42, p. 143-159, disponível online em <http://www.ipv.pt/millenium/Millenium42/10.pdf>

Sousa, Pedro Jorge (s.d.) *Uma história do jornalismo em Portugal até ao 25 de Abril de 1974*. Universidade Fernando Pessoa e Centro de Investigação Media e Jornalismo, disponível online em <https://bdigital.ufp.pt/bitstream/10284/1163/2/Hist%20Jor%20Port%20at%c3%a9%201974%20JPS%20BOCC.pdf>

Ventura, Isabel (2014) *Mulheres e Media*, Associação Portugal de Estudos sobre Mulheres, disponível online em https://www.researchgate.net/publication/279963225_Mulheres_e_Media

Sites oficiais:

Assembleia da República (2005) *Constituição da República Portuguesa – VII Revisão Constitucional*, disponível online em <https://www.parlamento.pt/Legislacao/Documents/constpt2005.pdf>

Correio da Manhã (2014) *Ficha técnica: quem é quem no Correio da Manhã*, disponível online em https://www.cmjornal.pt/mais-cm/ficha-tecnica/detalhe/ficha_tecnica

Expresso (2012) *Ficha técnica do Expresso*, disponível online em <https://expresso.pt/informacao/2012-12-18-Ficha-tecnica-do-Expresso-1>

Público (s.d.) *Ficha técnica*, disponível online em <https://www.publico.pt/nos/ficha-tecnica>

RTP (2018) *ERC dá luz verde a nova Direção de Informação da RTP*, disponível online em https://www.rtp.pt/noticias/pais/erc-da-luz-verde-a-nova-direccao-de-informacao-da-rtp_n1115346

SIC Notícias (s.d.) *E se fosse consigo?*, disponível online em <https://sicnoticias.pt/programas/e-se-fosse-consigo>

SIC (2011) *Ficha técnica*, disponível online em <https://sic.pt/institucional3/2011-03-24-Ficha-Tecnica>

TVI (2015) *Ficha técnica*, disponível online em <https://tvi24.iol.pt/tvi24/tvi/ficha-tecnica>

Artigos noticiosos online:

Santos, Lina (2017) *Elas são 41 por cento nas redações, mas eles é que estão nas chefias*. Diário de Notícias, disponível online em <https://www.dn.pt/portugal/interior/elas-sao-41-por-cento-nas-redacoes-mas-eles-e-que-estao-nas-chefias-5604755.html>

Waterson, Jim (2019) *Female BBC manager publicly declines promotion over pay inequalit.* *Jornal The Guardian*, disponível online em <https://www.theguardian.com/media/2019/may/22/female-bbc-manager-offered-12000-pounds-less-than-man-same-role>